

— LANÇAMENTOS DA EDIPUCRS —
Em co-edição com Edições Mundo Jovem

BINS, Milton. *Curso de Sociologia*. 1990, 189p. A obra aborda conteúdos mínimos de Sociologia e apresenta também um panorama sintético e claro da visão dialética da sociedade.

Pedidos diretamente à:
EDIÇÕES MUNDO JOVEM
Caixa Postal 1429
90001 - Porto Alegre/RS
Fone (051) 339-1511 Ramal 3299

Reverendo a História das Missões Jesuíticas: A Cidade dos Padres, de Deonísio da Silva

Regina Zilberman
PUCRS

E o resto, e o resto? brada a História. O resto é com a ficção (ouve-se em murmúrios), que vai inventar a verdade que não pode ser contada, nem lembrada, nem ouvida desabrida e destampada.

Deonísio da Silva

I

O tratado de Madrid, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, visava solucionar as desavenças entre essas duas nações, resultantes de atritos verificáveis na parte sul do continente americano. Os portugueses, embora beneficiados com a descoberta, no século XVII, de ouro e, depois, diamantes, na área correspondente hoje aos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, nunca desistiram de obter acesso às minas de prata localizadas nas possessões espanholas, sustentando tropas nas cercanias de Buenos Aires e controlando as cidades de Colônia de Sacramento e Montevidéu, presente-mente no Uruguai. A Espanha, por seu turno, era complacente com as missões administradas por jesuítas e destinadas à catequese dos guaranis, por essas impedirem o avanço português sobre regiões de difícil controle por seus exércitos e atraentes, dada a riqueza que continham em gado e recursos hu-

manos, os próprios índios a serem escravizados e utilizados em lugar dos negros, no caso da carência desses.

A Espanha cedeu as colônias missionárias em troca das cidades situadas às margens do Rio da Prata; e deixou para Portugal o encargo de tomar posse de um território que os jesuítas não desciam entregar. As tratativas entre os dois Estados litigantes tomou tempo; e também foram demoradas as conversações entre o governo lusitano e a Companhia de Jesus, até que o primeiro decidiu-se pela intervenção armada: como os índios tardavam em se mudar para o outro lado do rio Uruguai, o exército português, comandado por Gomes Freire de Andrade, deslocou-se até aquela zona para auxiliá-los. O resultado foi a guerra, a liquidação da experiência jesuítica e o genocídio, vitimando sobretudo as populações indígenas.

O episódio transferiu-se para a literatura pouco depois de encerrada a ação bélica. Basílio da Gama, que o torna assunto do poema épico *O Uruguai*, alude, no início do primeiro canto, ao fato de lidar com matéria recente, o conflito que vitimou tanta gente. Contudo, o poeta não tem a intenção de criticar os portugueses; pelo contrário, o objetivo é justificar a intervenção militar, visivelmente tomando o partido de seu mandante, o Marquês de Pombal, e executor, o General Gomes Freire de Andrade, herói dessa epopéia. Porém, os vilões não são os índios, raramente colocados nessa situação na literatura do período colonial, e sim os Jesuítas. Estes consistiam num dos alvos mais importantes da política de Pombal, que tinha em mente fortalecer o poder do Estado e promover a modernização de Portugal, para tanto devendo neutralizar a influência da Igreja e da aristocracia latifundiária, responsáveis, respectivamente, pelo obscurantismo intelectual e o atraso econômico.

Partidário do despotismo esclarecido de Pombal, Basílio escreve a epopéia do Novo Mundo, resultante da atuação progressista do Ministro, com efeitos nos territórios ibérico e americano sob a égide da Coroa lusitana. Nesta medida, *O Uruguai* não assume a perspectiva americanista a que cenário, tema e personagens induziam. O poema é português na perspectiva e no empenho em promover a política vigente. Talvez por essa razão o evento em que se baseou permaneceu muito tempo esquecido pelos escritores brasileiros, reaparecendo na literatura nacional apenas do século XX, por iniciativa de Manoelito de Ornellas, autor de *Tiaraju*, publicado em 1945.

Ornellas não elaborou propriamente uma obra de ficção: seu livro retoma os episódios históricos e procura manter-se fiel a eles, reproduzindo trechos de estudos relativos àquelas acontecimentos e indicando em rodapé as fontes e comentários utilizados. No entanto, vale-se, quando a ocasião se apresenta favorável, de uma linguagem poética, carregada de imagens pictóricas, e evocativa, mesmo nas transcrições, escolhidas por contarem a expressividade e tom emotivo empregados em outros segmentos da obra. Devido a isto, o resultado pertence antes à literatura que a História, beneficiando-se então das vantagens daquele gênero: maior permissividade narrativa, mar-

gem ampla de invenção e oportunidade de se posicionar mais livremente perante os fatos relatados.

O sentimento depositado em *Tiaraju* é nitidamente antilusitano: o herói: agora é Sepé, líder dos guaranis, que combate até a morte pela autonomia de sua terra. A mudança de perspectiva determina outra alteração: a simpatia recai sobre os índios, representantes da nacionalidade e vítimas indomáveis do povo invasor. Ao assumir esta ótica, Ornellas não apenas dá vazão a seu nativismo; está igualmente propondo outra versão da História do Rio Grande do Sul, onde transcorre a ação do livro, compreendendo o povo sulino como descendente dos primitivos ocupantes do solo e não dos europeus, que se apropriaram do território por meio da violência e da usurpação.

A polêmica relativa à formação do Rio Grande do Sul e suas relações, de um lado, com a ocupação do Prata e, de outro, com a colonização do Brasil estava na ordem do dia quando Ornellas publicou o texto. Grupos mais conservadores negavam ao índio participação na composição racial e social do Rio Grande do Sul, vendo a história deste como efeito exclusivo da ação civilizadora européia. Por seu turno, a perspectiva representada por Ornellas radicalizava o separatismo ainda agudo no Sul; segundo esta corrente, os portugueses entravam na condição de vilões, aniquilando os elementos primitivos. Estes puderam sobreviver em expressões, como o gaúcho, consideradas independentes da contribuição lusitana, por isso, elevadas a símbolo dos autênticos valores locais.

Erico Veríssimo, que retomou o episódio como base do romance *O tempo e o vento*, assumiu posição moderada, a meia distância das óticas mais radicais. Em "A fonte", segmento com que inicia a narração da trajetória dos Terra Cambará, o enredo se passa num dos povoados em vias de serem tomados pelos portugueses. Enfocam-se os acontecimentos desde o ângulo indígena, a que o autor adere sem entusiasmo exacerbado, sendo o protagonista e futuro patriarca da família o mestiço Pedro Missioneiro, modelado segundo o paradigma de Sepé Tiaraju. Por outro lado, os Terra Cambará contam, na mesma proporção, com raízes lusitanas, sendo Ana Terra, mulher de Pedro, procedente de Sorocaba e tendo Rodrigo Cambará ascendentes ilhéus.

Dos autores mencionados, Erico Veríssimo foi quem menos submeteu o episódio a intenções extraliterárias. Reconhece-se no texto o ponto de vista favorável aos índios, em quem o romancista encontra a origem do gaúcho prosseguindo, neste caso, a tradição romântica e regionalista. Por outro lado, contrariou essa última, ao conferir aos acontecimentos do século XVIII importância superior aos da Revolução Farroupilha, compreendida, desde os intelectuais do Partenon Literário, na segunda metade do século XIX, como o evento por excelência da formação do Estado.

Contudo, diferentemente dos outros, não narrou os fatos para comprovar alguma tese. Se, em *O tempo e o vento*, identificam-se atitudes adotadas pelo escritor em relação a acontecimentos do passado, é porque se apropriou deles e interpretou-os de alguma maneira. Por sua vez, Basílio da Gama

e Manoelito de Ornellas, mais separados no tempo, estão mais próximos por ficcionalizarem a História, a que recorrem para validar suas idéias. E, como estas eram bastante polêmicas no momento em que redigiram seus livros, exigiram mais convicção e intensidade para se confirmarem como verdadeiras; logo, foi preciso comprimir a imaginação ao máximo, para evitar a acusação de fantasia, exagero ou mentira.

A cada escolha correspondeu uma técnica: quem menos queria provar podia inventar mais, e vice-versa, situação sugestiva da natureza das relações entre ficção e história. O reaproveitamento do episódio das Missões num romance recente incide em nova visão do tema, facultando a reflexão sobre os dois aspectos até agora mencionados: a interpretação da guerra movida contra os índios; e os efeitos respectivamente sobre a literatura e a História, quando os dois gêneros se encontram numa produção artística.

II

Embora o tema principal de *A cidade dos padres* seja a guerra missionária e a política pombalina, sua abordagem não acontece imediatamente: antecede-o uma moldura que ocupa o primeiro capítulo e reaparece no último. Entre estes dois limites, transcreve-se o romance "Pombal se recorda" dando conta da matéria central do livro.

A moldura se situa no Brasil dos anos 80: na primeira parte, o Presidente da República, um militar, discute com os assessores o recente encarceramento de um escritor e a apreensão de seu livro, o já citado "Pombal se recorda". Ao final, estas personagens debatem a qualidade da obra, julgada boa, o erro político que fora o aprisionamento do ficcionista, e a validade das atitudes de Pombal, consideradas corretas pelos agora informados Presidente e o Ministério da justiça.

Entre os dois diálogos, reproduz-se o romance, técnica que desde logo alcança duplo efeito: de um lado, o leitor assume o lugar do Presidente Brasileiro e seus assessores, enquanto acompanha o enredo fictício embutido na moldura; de outro, ele tende a se identificar com o estadista português que recapitula o passado e tenta converter o texto na sua autobiografia. Porém, a forma desse gênero é desacatada, já que a narração não se reduz à retrospectiva da personagem indicada pelo título; essa comparece no início, mas não se sustenta, sendo depois intercalada por outros acontecimentos: os diálogos sobrenaturais com, entre outros, o Padre Antônio Vieira, o historiador Jaime Cortesão e o fundador da Companhia de Jesus, Ignacio de Loyola; a apresentação de situações inusitadas, como o aparecimento do herói numa sessão espírita; a transcrição de documentos, nem todos verídicos.

O primeiro capítulo de "Pombal se recorda" e segundo de *A cidade dos padres* dá a entender que o relato obedecerá a linha do tempo, acompanhando os principais fatos da vida do ministro de D. José I: apresentam-se sua juventude e primeiros movimentos da carreira política, marcados por missões internacionais quando, ajudado pelos jesuítas, é bem sucedido e ganha aprovação e prestígio na corte lisboeta.

Entretanto, aos poucos dispensa-se a cronologia, fator que igualmente afeta a forma, abandonada em definitivo, da autobiografia fictícia. Os diálogos de Pombal com personagens históricas que viveram em épocas diferentes e locais distantes interrompem a exposição em primeira pessoa, se bem que oportunizem ao protagonista explicitar seu projeto de modernização da sociedade e exibir sua personalidade, empreendedora e capaz, mas também violenta, autocrática e temperamental. A narrativa assim fragmentada vai paulatinamente perdendo o fio da meada: se, no começo, Pombal ainda tem condições de indicar que medidas foram tomadas contra a Igreja e a favor do monopólio do Estado visando ao desenvolvimento econômico do país, posteriormente sua fala se descontrola, convertendo-se num libelo apaixonado com acusações mordazes aos jesuítas. O discurso declarativo transforma-se num tipo de defesa, e esta faz-se pela agressão à Companhia de Jesus.

Dentro deste quadro dá-se a referência à guerra movida contra os guaranis: Pombal deseja enfraquecer o poder clerical para consolidar o do Estado e mudar a nação. Seus maiores inimigos são os jesuítas, internamente por representarem o atraso intelectual e a influência política indesejada; externamente, por cooperarem com a Espanha, rival dentro e fora da Península Ibérica, em especial na América, cujas principais riquezas administra.

Sob este foco esclarece-se o papel das missões religiosas: elas contribuem para aumentar o poderio espanhol na colônia ultramarina, já que os padres usam os índios para combater as tropas portuguesas. Todavia, Pombal não se detém na narração dos fatos da guerra, e sim nos seus motivos. Como precisa justificar os atos cometidos, arrola dados que reforcem sua posição. Pela mesma razão, seu discurso não avança, e sim regride no tempo, terminando por historiar as medidas da igreja e da Coroa, no século XVI, para implantar a Inquisição em Portugal, a violência, o terror e a corrupção resultantes da atividade do Santo Ofício no país, o retrocesso econômico e cultural ocasionado pelas perseguições, evasões e assassinatos de membros da burguesia emergente, intelectuais e cientistas.

A renúncia à cronologia como fio condutor da narrativa tem desde logo uma dupla finalidade. Se o texto perde em organização, ganha em coerência, pois o relato molda-se à personalidade do narrador, exuberante e emotivo, ágil nas reações aos movimentos que contrariam suas metas, mas, ao mesmo tempo, preocupado em justificar seus atos, tendo, portanto, de coletar o maior número de provas e depoimentos favoráveis às decisões tomadas. Além disto, faculta a abordagem de um escopo maior de fatos históricos, explicitando o sentido global da política do Ministro, seu projeto de modernização

e a causa do combate aos jesuítas; e torna aceitáveis as grandes retrospectivas do passado ou a interpelação de temas aparentemente estranhos ao assunto principal, como, por exemplo, a já citada análise da Inquisição, uma das razões do atraso e sinal do obscurantismo vigente, alvo, portanto, do empenho do chefe de Estado em remover as resistências arcaicas encontráveis na sociedade portuguesa.

O elemento de organização do relato não é a linha de tempo, e sim a personalidade do narrador. Esta, que já centralizara a vida portuguesa, torna-se o eixo ao redor do qual giram os temas do livro. De um lado, o processo narrativo mimetiza o despotismo de Pombal; de outro, alarga a liberdade de exposição, ao possibilitar o exame de maior número de questões.

A situação em que o narrador se encontra também intensifica a liberdade de exposição: Pombal relembra o passado depois de morto, de modo que não pesa sobre ele qualquer restrição temporal ou cognitiva. Habitando o mesmo espaço etéreo e celeste, pode conviver com Ignácio de Loyola e Jaime Cortesão e discutir com os dois sua posição e feitos. Além disto, as recordações são apresentadas de modo oral; ele não está redigindo suas memórias, e sim defendendo decisões políticas perante a posteridade, a fim de conquistar alguma simpatia e adesão. Também a oralidade legítima, a ausência de seqüência cronológica e a aparente desorganização do relato, características, ambas, do discurso à viva voz e pronunciado no calor da hora.

A composição do romance busca ajustar tema e processo narrativo: o primeiro dá conta da política pombalina, sendo uma de suas conseqüências a guerra contra os guaranis; o segundo se particulariza pelo fato de essa política ser apresentada por seu planejador e agente, confundindo-se com a defesa dela e assumindo coloração expressamente subjetiva. O resultado é misto, pois, de um lado, o tema procura ser o mais largo possível - a guerra missioneira é colocada no panorama amplo da história de Portugal; mas a perspectiva é, à primeira vista, estreita, ao substituir o narrador equidistante e imparcial pelo depoimento íntimo e magnetizado pela personalidade absorvente de seu principal executor.

Cabe examinar um e outro aspecto mais detidamente. Do ângulo dos fatos históricos a política de Pombal é apresentada segundo um plano macroscópico: o Marquês deseja promover a modernização do país, viável se desencadear a revolução burguesa; esta, por sua vez, depende do enfraquecimento dos poderes tradicionais, a aristocracia latifundiária e a Igreja. Como a burguesia não tem condições, por seus próprios meios, de fazer frente a estas forças conjugadas, o Estado assume o encargo de esvaziar a influência dos clérigos e oferecer oportunidades de consolidação à classe emergente. Para tanto, tem de se fortalecer, seu chefe tornando-se um tirano, todavia bem intencionado por ambicionar o progresso coletivo. Esta atitude caracteriza o despotismo esclarecido, princípio filosófico que irmana Pombal a outros príncipes iluministas do século XVIII, como Frederico da Prússia e Pedro, o Grande, da Rússia.

Esclarecendo as coordenadas que definem a atuação de Pombal, a **cidade dos padres** compreende o assunto principal, a guerra missioneira, dentro do sistema de suas ligações e motivos. Essa deixa de ser encarada como fato isolado, e explica-se a intervenção do estadista português, que não podia tolerar, dentro do Estado português, a existência de um outro Estado, independente e dispo de uma milícia invejável, constituída por soldados, os índios, bem equipados e protegidos em povoados inatacáveis. Sob este ângulo, a narrativa concretiza o ideal de objetividade da História, alcançado pelo cotejo das circunstâncias e análise de suas relações e conseqüências.

Por outro lado, a narrativa está impregnada de subjetivismo do depoimento de Pombal: ele advoga em causa própria, chama a atenção para o seu modo de encarar as questões e, sobretudo, manifesta um ódio pessoal e inexplicado pelos jesuítas. Está absorvido por uma idéia fixa, a de fraturar o poder clerical em sua terra, que se prolonga até a vida **post-mortem**. Esta obsessão justifica por que, depois de tanto tempo, o Marquês, ainda remói os mesmos problemas e necessita expressá-los sob qualquer pretexto. E mostra-se coerente com a técnica narrativa, desordenada sob o ponto de vista da cronologia, e com o tipo de discurso do protagonista, caudaloso, inflamado e insistente nas suas acusações à Companhia de Jesus, exaustivamente repetidas.

A carga excessiva de subjetividade contida no discurso do narrador à primeira vista compromete a objetividade do relato histórico: esse, em princípio, não pode suportar os **parti-pris** encontráveis no **pledoyer** de Pombal. Por seu turno, aquela sustenta uma das principais questões colocadas por trás da fala do herói: até que ponto e discurso histórico tem condições de ser formulado de forma neutra e verdadeira?

Quando Pombal reúne quantidade considerável de provas favoráveis a seu ângulo, ele alcança uma exposição panorâmica da sua administração e da história social e política de Portugal, seu compasso desenhando um círculo que se estende dos séculos XV ao XIX, no interior do qual se situa a guerra colonial. Carregada de subjetividade, sua fala resulta ser mais completa e confiável que a dos historiadores que o precederam. Estes valeram-se do capítulo missionário para comprovar teses desconsiderando as conexões ideológicas e econômicas de que o Marquês está alerta.

Com efeito, a guerra missioneira, um dos acontecimentos capitais da colonização americana, foi, como seria de se esperar, objeto de minuciosa investigação histórica. Porém, para muitos estudiosos, esta matéria foi assumindo progressivamente um sentido simbólico. Primeiramente, por ter correspondido a uma experiência bem sucedida: ao contrário do que se passou em outras regiões da América, nas Missões os jesuítas conseguiram concretizar o ideal da catequese pacífica do índio, convertendo-o ao catolicismo sem violentar sua cultura original; ao mesmo tempo, os **pueblos** garantiram a sobrevivência física das tribos indígenas enquanto se expandia a ocupação branca, pelo menos até meados do século XVIII. Depois, por corporificar um princípio socialista - o de distribuição e administração igualitária das pro-

riedades e vivência coletiva e democrática, comprovando a possibilidade de conciliar o plano materialista do comunismo com o espiritual do Cristianismo.

Obras como *A república "comunista" cristã dos guaranis*, de Clóvis Lugon, de grande repercussão nos anos 60 e 70, ou *Socialismo missionário*, de Décio Freitas, são exemplares da conotação adquirida contemporaneamente pela experiência jesuítica. Antônio Callado, em *Quarup*, publicado em 1967, dramatiza esse processo: Nando, o protagonista do romance, é um padre cujos primeiros ideais revolucionários coincidem com a recuperação do projeto missionário, por este representar a possibilidade de harmonizar o ideal de transformação social com sua fé religiosa. Posteriormente, Nando vai a Amazônia e descobre a face verdadeira da vida indígena; e também a extensão dos problemas brasileiros. Porém, enquanto isso não acontece, as Missões são um paradigma inspirador, como aconteceu a setores progressistas da Igreja, na América Latina dos anos 70.

Como se vê, enquanto era encampado pela literatura, o episódio histórico vinha sendo objeto da perspectiva subjetiva dos pesquisadores, que depunham a favor dos jesuítas. O exagero do discurso de Pombal talvez queira compensar a parcialidade antiportuguesa, presente na análise daqueles acontecimentos. Porém, mais que isso, a intensificação da postura pessoal revela e, por extensão, denuncia os preconceitos com que os fatos então ocorridos vêm sendo interpretados.

Em decorrência, Pombal não apenas advoga em causa própria. O livro que aceita e endossa sua perspectiva pretende ser outra versão da história, mais autêntica. À ficção, pois, são atribuídas maior potencialidade de representação e carga mais intensa de verdade, afirmação tematizada pelo texto, como se lê no parágrafo citado em epígrafe.

A cidade dos padres procura chegar a este resultado através de algumas modificações infundidas ao romance histórico. Não apenas a abolição da cronologia e renúncia ao realismo colaboram; é importante destacar o teor das informações: todas são retiradas de documentos dos períodos apresentados, o texto esforçando-se por evitar eventos ou personagens fictícios.

O romance histórico, produto do Romantismo, via de regra procura alternar fatos ocorridos com ações imaginárias. Estas, em geral, ocupam o primeiro plano, mas a continuidade da intriga é motivada pelos acontecimentos históricos conhecidos, com os quais as personagens se relacionam e de que dependem seu futuro e felicidade. Walter Scott, Fenimore Cooper, Alexandre Herculano ou José de Alencar valem-se desse paradigma, que atingiu padrão exemplar em *Guerra e paz*, de Leon Tolstói e dispõe ainda de grande vitalidade, conforme sugere a publicação, em 1981, do romance *A guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa.

Esse modelo está visivelmente desmentido em *A cidade dos padres*, por faltarem os eventos e personagens fictícios sobre os quais se depositam os fatos reais, pano de fundo a conferir verossimilhança à trama. Inventadas são

unicamente as situações que permitem a formulação do discurso do Pombal - seus monólogos obsessivos e as conversas com figuras do passado. Em compensação, aparecem em grande abundância os sucessos históricos, documentados e comprovados à exaustão, frutos da idéia fixa do Marquês e da necessidade de justificar suas medidas para a posteridade. Em decorrência, o texto está bastante próximo do ensaio; mas não abre mão da forma do romance, precisando dela por lhe conceder liberalidades, como o anti-realismo antes citado, inconcebíveis no discurso científico, como o da História. E porque essa, conforme o Autor a concebe, não tem condições de dar conta da verdade, alcançável unicamente com as armas da ficção.

Tal qual os precursores, *A cidade dos padres* reflete indiretamente sobre as relações entre ficção e História, confiando mais na primeira que na segunda. Igual a alguns pares distantes no tempo, como Basílio da Gama e Manoelito de Ornellas, vale-se da guerra missionária para expor uma tese sobre o episódio, e, semelhantemente ao poeta arcádico, suas idéias não se referem apenas ao fato passado, mas resultam do empenho em tomar posição face o presente.

Quando Basílio escreveu seu poema, a guerra era um evento recente, de modo que o cotejo entre os dois tempos se fazia de modo espontâneo. O sentimento anticlerical do poema representava a adesão do autor ao projeto do chefe de Estado, que desejava ver consolidado como condição para o progresso geral. Em *A cidade dos padres* compete à moldura preencher esse papel: a guerra é agora um dado longínquo, tornando-se mais difícil extrair dela qualquer lição; por isso, o escritor enxertou no texto a situação brasileira contemporânea, o que atualizou o relato e conferiu-lhe novo sentido, como se tentará indicar.

O relato embutido na moldura, "pombal se recorda", tem evidente teor anticlerical e pró-pombalino, por ser formulado pelo autor dessa política. Com isto, a que se somam as alusões diretas e indiretas à atuação da Igreja no Terceiro Mundo, o texto enfatiza seu descrédito no ativismo e conduta dos religiosos em defesa dos pobres e oprimidos pela sociedade. Pombal denuncia essas atitudes como impostura e manobra da Igreja, sempre interessada em interferir nos negócios públicos para manejá-los em seu favor.

Por outro lado, as medidas do Marquês visando ao desenvolvimento de Portugal assemelham-se bastante às que foram adotadas pelo governo brasileiro após 1964: o Estado se fortalece para garantir o crescimento econômico, que deveria resultar da industrialização patrocinada pela burguesia, tornada mais consistente e ativa graças ao apoio advindo do setor público.

Aquele fica mais forte também por monopolizar segmentos consideráveis da economia e criar mecanismos repressivos que, de modo persuasivo ou violento, impedem a oposição ao regime, perpetuando no poder os mesmos grupos.

Por isso, o general, que no primeiro capítulo censurou "Pombal se recorda" e encarcerou o autor deste livro, mostra-se no fim admirador do po-

lítico português; e, de certa maneira, repete, por atitudes e palavras, a postura desse. Esta circunstância ilumina a narrativa precedente, já que, neste ponto, o livro confessa não concordar também como Portugal pombalino, tão parecido ao Brasil dos generais. Assim, se o primeiro paralelo, entre a ação dos jesuítas e a da igreja hoje, apontava para a rejeição do comportamento dessa, o segundo revela nova recusa: da atividade do Marquês, válida ao combater o obscurantismo e desejar o progresso nacional, mas inaceitável por fazê-lo por meio da violência, do arbítrio e de perseguições.

O fato de o autor de *A Cidade dos Padres* não simpatizar com os militares é indicado, por exemplo, pela descrição da mesa do Presidente-General, sobre a qual se encontra um calendário com a frase "Arbeit macht frei", que encimava os portões do campo de concentração em Auschwitz. O mesmo acaba valendo para Pombal, relativizando a validade de suas ações e matizando a verdade de suas palavras, isto é, tornando a evidenciar que essas provêm de sua subjetividade e são dignas de suspeita.

Ao final, esta parece ser a atitude que se impõe: entre uma e outra posição a dos padres e a dos políticos o livro decide-se pela desconfiança frente a ambas, convidando o leitor, até então deixado a meio caminho entre pontos de vista extremados, a compartilhar da mesma falta de fé e a rejeitar qualquer inocente credulidade. Noutra formulação, se a neutralidade é impraticável, duvidemos de ambos os lados, embora com entusiasmo e sem pessimismo.

De certa maneira, esta é a tese final do Livro, que, posto diante dos fatos, questiona-os até o limite. Neste sentido, distingue-se das versões anteriores do mesmo tema, de que já tinha se diferenciado por evitar a narrativa do episódio bélico e preferir se concentrar nas suas causas. Em vez de se valer dele para provar uma idéia positiva, emprega-o para afirmar uma negação: não confiemos nos políticos, sejam leigos ou religiosos, porque, de algum modo, eles usam as pessoas como meios para seus fins, e estes são escusos ou ilegítimos, enquanto que elas são crédulas e manobráveis. Trata-se também de uma lição; mas esta não visa testar teorias ou validar instituições, sim, através de provocações colocadas desde começo, dialogar com o leitor, esperando que ele forme sua própria opinião.

Cambridge, maio de 1987